



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2021
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DEODAPÓLIS, Estado de Mato Grosso do Sul, torna público que realizará a presente licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA, para alienação de lotes rurais de sua propriedade, pelo "MELHOR LANCE OU OFERTA"**, conforme aviso de licitação publicado na imprensa oficial, na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores, bem como pelas normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. Para tanto informa que a Sessão Pública destinada ao recebimento dos envelopes documentação e proposta será realizada **às 09:00 horas do dia 07 de maio de 2021, na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 443, Centro - Departamento de Licitação e Contratos no Município de Deodópolis - MS.**

1.2. Caso não haja expediente na prefeitura no dia fixado para a realização da Sessão Pública designada ficará esta automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

1.3. Aplica-se ao presente Edital e seus anexos a Lei Municipal nº 738, de 01 de julho de 2020, Decreto Municipal 003/2021 de 06 de janeiro de 2021, Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

1.4. Poderão participar do certame as **Pessoas Físicas e Jurídicas** interessadas na aquisição do imóvel, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital.

1.5. **É vedada a participação de Pessoas Físicas que sejam servidores da Administração Pública Municipal ou Pessoas Jurídicas que tenham sócios ou empregados que sejam funcionários/servidores da Administração Pública Municipal.**

1.5. Os interessados poderão apresentar proposta para mais de 01 (um) item.

2. DO OBJETO

2.1. Alienação mediante Concorrência Pública, pela melhor proposta de preço, observado o preço mínimo de avaliação, dos Lotes de terrenos rurais de propriedade do município, na 9ª Linha, 10ª Linha, 11ª Linha, 13ª Linha, 16ª Linha, 17ª Linha, 19ª Linha e no Distrito de Porto Vilma - Fazenda Santa Cecília município de Deodópolis - MS, matriculados no Serviço Registral de Imóveis de Deodópolis - MS.

3. DA VISTORIA

3.1. Os imóveis encontram-se à disposição dos licitantes para realização de vistoria, nos endereços acima citados.

3.1.1. O licitante poderá requerer à Comissão de Licitação a realização de vistoria no imóvel, devendo apresentar solicitação formal, por intermédio da CPL, oportunidade em que será agendada uma data.

4. DA AVALIAÇÃO E DO PREÇO MÍNIMO FIXADO

4.1. Em atenção ao disposto no mesmo art. 17, inciso I da Lei nº 8.666/93 a Comissão de Avaliação de Imóveis constituída por meio do Decreto Municipal nº 003/01/2021, realizou avaliação

dos imóveis e gerou “LAUDO DE AVALIAÇÃO”, o qual, em atendimento ao Art.1º, §2º da Lei Municipal nº 738, de 01/07/2020, o qual tornou público os preços mínimos, conforme segue abaixo:

MATRICULA	LOTE	QUADRA	AREA M²	BAIRRO	VALOR M²	V. TOTAL
7832	Parte do Lote 08	65	2.500	9ª Linha Poente	2,61	6.525,00
7833	Parte do Lote 02	67	2.500	10ª Linha Nascente	2,18	5.450,00
7836	Parte do Lote 43	73	2.500	11ª Linha Nascente	2,61	6.525,00
7834	Parte do Lote 12	79	2.500	13ª Linha Poente	2,39	5.975,00
7830	Parte do Lote 36	85	3.600	16ª Linha Nascente	1,96	7.056,00
7835	Parte do Lote 49	90	2.500	17ª Linha Poente	2,61	6.525,00
7838	Parte do Lote 46	91	2.500	19ª Linha Nascente	2,18	5.450,00
7831	Faz. Santa Cecilia	*	10.000	Distrito Porto Vilma	2,62	26.200,00

5. O adquirente do imóvel não poderá alienar/transferir posse do terreno a terceiros até que ocorra o registro definitivo da escritura, sob pena de rescisão contratual.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. No caso de **PESSOA FÍSICA**: Cédula de Identidade e Cartão do CPF ou outro documento equivalente que contenha os dois.

6.2. No caso de **PESSOA JURÍDICA**: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial; Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações; Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício no caso de Sociedade Civil; Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil; Estatuto Social em vigência no caso de Cooperativas e; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI para MEI.

6.3. Tratando-se de procurador deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para representar o licitante e praticar todos os demais atos pertinentes a Concorrência nº 002/2021, acompanhado dos documentos pessoais do representante.

6.4. Só terão direito de usar a palavra o procurador de licitante previamente credenciado perante a CPL, na forma como previsto no subitem anterior.

6.5. É vedado a qualquer pessoa representar mais de um licitante neste procedimento licitatório.

7. DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

7.1.A “Habilitação” deverá ser apresentada em envelope lacrado e subscrito na forma abaixo indicada:

<p><u>ENVELOPE DE HABILITAÇÃO</u> MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS/MS NOME DA LICITANTE: CONCORRÊNCIA Nº:002/2021 DATA DE ABERTURA: 07/05/2021 HORARIO: 09:00 HORAS (local) Endereço em que deverá ser intimado</p>

7.2. PESSOA FÍSICA:

- I) Carteira de Identidade (RG);
- II) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social - CND (INSS)**, mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**.
- IV) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da proponente, na forma da Lei;
- V) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei;
- VI) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

7.3. PESSOA JURÍDICA:

- I) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, ou documento equivalente;
- II) **Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) em plena validade;**
- III) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social - CND (INSS)**, mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- IV) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei;
- V) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa, na forma da Lei;
- VI) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante **Certificado de Regularidade do FGTS;**
- VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho.
- VIII) No caso de alguma restrição na comprovação da **REGULARIDADE FISCAL**, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de **05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período (a pedido da empresa interessada)** da decisão do Presidente que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4. DECLARAÇÕES (PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA:

- a) Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7º da CF - ou seja, de que **não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres**, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- b) Declaração do Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que **conhece e Aceita o teor completo do Edital**, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.
- c) Declaração do Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de **não haver Fatos impeditivos** quanto a participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

d) Declaração do Licitante, devidamente assinada, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, que **conhece e aceita as condições do imóvel**.

7.5. A documentação exigida para a habilitação das Licitantes poderá ser apresentada em cópia legível, devidamente autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, com exceção das certidões extraídas por meio da internet.

7.6. As certidões deverão estar no prazo de validade neles previstos que, uma vez não mencionado, será considerado como sendo até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento deverá ser **à vista**, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato.

8.1.1. Não havendo licitantes na data prevista para a presente licitação, esta será prorrogada de acordo com Artigo 21 § 4º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que poderá ser realizada a aquisição mediante proposta escrita, de forma parcelada, por valor nunca inferior ao da avaliação e com prazo não superior a 10 (dez) parcelas, nos termos do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 738/2020.

8.2. O não cumprimento do prazo supramencionado acarretará multa de 2% (dois por cento) ao mês, sobre o valor total do imóvel, a partir do vencimento do prazo estabelecido.

8.3. Sendo o arrematante credor do Município, não poderá compensar o crédito pela aquisição do imóvel, com fundamento no artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

8.4. Não será admitida a desistência da proposta formalizada, e o não pagamento do preço ofertado por período de tempo de até 30 (trinta) dias além das condições ajustadas implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o preço ofertado, se superior a esse prazo, implicará na reversão da aquisição em favor da municipalidade, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias.

8.5. Em caso de falecimento do promitente comprador, o débito será de responsabilidade de seu(s) herdeiro(s)/sucessore(s) limitado ao(s) seu(s) quinhão(ões);

9. DO ENVELOPE DE PROPOSTAS DE PREÇO

9.1. A “Proposta de Preço” deverá ser apresentada em envelope lacrado e subscrito na forma abaixo indicada:

<p>ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇOS</p> <p>MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS/MS NOME DA LICITANTE: CONCORRÊNCIA Nº:002/2021 DATA DE ABERTURA:07/05/2021 HORARIO: 09:00 HORAS (local) Endereço em que deverá ser intimado</p>

9.2. Será desclassificada a “Proposta de Preços” que ofertar valor inferior ao estabelecido neste edital.

9.3. A proposta de Preço deverá ser apresentada em uma única via, datilografada, impressa ou manuscrita (legível), não podendo conter rasuras, emendas ou sobrescritos e estar assinada pelo licitante, dela devendo constar, obrigatoriamente:

a) Descrição do imóvel e o valor da “Proposta de Preço”;

- b) Nome do licitante, endereço, cidade, telefone, e-mail;
- c) o número do CNPJ ou CPF;
- d) validade da proposta - no mínimo 60 (sessenta) dias. Caso não conste o prazo de validade na proposta a CPL considerará válida por 60 (sessenta) dias.
- e) Forma de pagamento (**à vista**).

9.4. Não será admitida a desistência da proposta formalizada, sob pena de aplicação de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como na Lei Municipal nº 738, de 01/07/2020.

9.5. Eventuais vícios ou omissões na proposta poderão ser sanadas pelo representante legal, desde que devidamente credenciado e presente na sessão pública.

10. DO PROCEDIMENTO A SER SEGUIDO PELA CPL PARA RECEBIMENTO, ANÁLISE E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS.

10.1. A abertura dos envelopes dar-se-á em sessão pública, no dia e horário fixados no preâmbulo deste instrumento, pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação, em fases distintas, seguidas cada uma delas da conferência de seus conteúdos;

10.2. Antes da abertura dos respectivos envelopes, a Comissão verificará se os mesmos atendem às condições do edital;

10.3. A abertura iniciará-se pelos Envelopes HABILITAÇÃO, contendo a documentação;

10.4. O conteúdo do Envelope Habilitação serão analisados pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e interessados e, em seguida rubricados por todos os presentes;

10.5. A Comissão julgará inabilitada a licitante que deixar de atender quaisquer dos requisitos constantes no item 7 e suas respectivas alíneas e subitens;

10.6. Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a Comissão procederá à abertura do Envelope PROPOSTA DE PREÇO, apenas dos licitantes habilitados, desde que todos estejam presentes e desistam expressamente da interposição de recursos, ou após o decurso do prazo recursal;

10.7. Os licitantes por si ou por seus representantes terão o direito de examinar a “Proposta de Preço” entregue uns pelos outros e querendo, impugná-las.

10.8. Em caso de empate de duas ou mais propostas, o desempate será feito por sorteio a ser realizado na mesma sessão pública, na presença dos licitantes presentes, na forma como prevê a Lei nº 8.666/93, em seu art. 45, § 2º.

10.9. No julgamento das propostas, a CPL considerará o “**MELHOR LANCE OU OFERTA**”, respeitado o valor mínimo de venda independentemente da forma escolhida para pagamento.

10.10. O licitante terá sua proposta desclassificada quando:

- a) - apresentar mais de uma proposta para o mesmo imóvel;
- b) - ofertar valor inferior ao valor mínimo estabelecido para o item;
- c) - condicionar a sua oferta, ou quaisquer outras condições não previstas no Edital;
- d) - não observar as demais condições estabelecidas neste Edital.

11. DA ATA A SER LAVRADA

11.1. Será lavrada ata circunstanciada contendo o registro de todos os atos praticados pela CPL e de todos os fatos dignos de registro ocorrido na sessão pública, assim como de todo e qualquer pedido, requerimento, impugnação, declaração ou observação feita por qualquer licitante, cuja ata

deverá ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos presentes que o desejarem.

11.2. A Comissão Permanente de Licitação deverá registrar na ata a ser lavrada todas as Propostas de Preço com a indicação da ordem de classificação dos preços, na ordem decrescente.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após o julgamento e classificação das propostas e decorrido o prazo recursal sem que tenha sido interposto qualquer recurso, ou se interposto, após final decisão, o processo licitatório será encaminhado a autoridade superior para decidir quanto a sua homologação.

12.2. O resultado do presente certame será publicado por afixação da decisão proferida pela autoridade superior no quadro de avisos e na imprensa oficial do Município.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Homologada a licitação, o Município de Deodópolis - MS convocará as licitantes vencedoras para assinatura do contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

13.2. O prazo estipulado no subitem 13.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela PROPONENTE vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Deodópolis - MS.

14. DOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÃO

14.1. Eventuais esclarecimentos, impugnações sobre o presente edital deverão ser formalizados por escrito e dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e entregues na sede da prefeitura, no horário de expediente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data da abertura da Sessão Pública.

14.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que antecederá à abertura dos envelopes de habilitação e proposta.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação em especial daquela que proclamar o resultado do julgamento das Propostas de Preços caberá recurso, na forma como previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, que deverá ser dirigido a autoridade superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, ante o juízo de retratação que a Lei nº 8.666/93 lhe confere (art. 109, § 4º), observado o prazo recursal de cinco dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

15.2. Dos recursos interpostos serão intimados os demais licitantes, para, querendo, contra minotá-lo.

15.3. Os demais licitantes serão intimados, também, das decisões proferidas nos recursos eventualmente interpostos a fim de requererem o que entenderem de direito para a defesa de seus interesses no certame.

16. DA TRANSMISSÃO, DA PROPRIEDADE E DA POSSE DO IMÓVEL ARREMATADO

16.1. A transmissão da propriedade será efetuada após o pagamento integral do valor do imóvel.

16.2. Serão da responsabilidade do licitante vencedor:

- a)- Todas as despesas necessárias à lavratura da escritura;

- b) - Iniciativa necessária à lavratura da escritura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis, com o consequente pagamento, às suas expensas, de taxas, impostos, emolumentos, registros, e demais encargos que se fizerem necessários;
- c)-custas processuais e taxas judiciárias, quando for o caso.
- d)- o pagamento das tarifas bancárias devidas na contratação.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) - Advertência;
- b) - Multa, conforme previsto no edital e no contrato;
- c) - Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de DeodapolisMS, pelo prazo de 02 (dois) anos sem prejuízo das demais sanções administrativas;
- d) - Declaração de Inidoneidade.

17.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer fato superveniente, justificável e aceito pela Autoridade Superior, observando-se que somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.DA DOTAÇÃO: Os valores oriundos da venda dos imóveis serão utilizados em despesas de capital na rubrica 4.2.2.0.00.0.0.00.00 - Alienações de Bens.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A autoridade superior poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e suficiente para justificar tal decisão, e poderá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, ou de parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma como prevê o art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.2. O não comparecimento de qualquer dos licitantes à Sessão Pública não impedirá que ela se realize lhe sendo facultada, contudo, impugnar as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação, na forma como previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

19.3.A participação nesta licitação implica aceitação plena das condições e exigências contidas neste instrumento convocatório e na afirmação do licitante de que recebeu todas as informações necessárias para a elaboração da sua proposta de preço.

19.4.A CPL poderá relevar omissões puramente formais eventualmente existente em Proposta de Preço desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração.

19.5. As hipóteses não previstas neste edital serão regidas pelas regras contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

19.6.Integram o presente edital, como seus anexos, os seguintes documentos:

Anexo - I	Modelo da Proposta de Preços;
Anexo - II	Termo de Referencia;
Anexo - III	Modelo da Declaração de não emprega menor de Idade;
Anexo - IV	Modelo de Declaração que conhece e aceita o teor do Edital;
Anexo - V	Modelo da Declaração de fatos Impeditivos;
Anexo - VI	Modelo de Declaração que conhece e aceita as condições do lote;
Anexo - VII	Minuta do Contrato.

Deodópolis - MS, 05 de abril de 2021.

VALENTINA BERLOFFA BARRETO
Presidente C. P. L.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - I		PROCESSO	MODALIDADE			Tipo	FLS.	
Proposta de Preços		Nº 038/2021	Concorrência Nº 002/2021			Melhor Lance/Oferta	01/01	
PROPONENTE - PF:								
RG Nº:			SSP/			VALIDADE DA PROPOSTA:		
ENDEREÇO:			CIDADE:			/		
TELEFONE:			E-MAIL					
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:								
Item	Matricula	Lote	Quadra	Área M²	Local	Valor M²	Valor Mínimo	Valor Proposto
01	7832	Parte do Lote 08	65	2.500	9ª Linha Poente	2,61	6.525,00	
02	7833	Parte do Lote 02	67	2.500	10ª Linha Nascente	2,18	5.450,00	
03	7836	Parte do Lote 43	73	2.500	11ª Linha Nascente	2,61	6.525,00	
04	7834	Parte do Lote 12	79	2.500	13ª Linha Poente	2,39	5.975,00	
05	7830	Parte do Lote 36	85	3.600	16ª Linha Nascente	1,96	7.056,00	
06	7835	Parte do Lote 49	90	2.500	17ª Linha Poente	2,61	6.525,00	
07	7838	Parte do Lote 46	91	2.500	19ª Linha Nascente	2,18	5.450,00	
08	7831	Faz. Santa Cecilia	*	10.000	Distrito Porto Vilma	2,62	26.200,00	

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade **Concorrência nº 002/2021**, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Local e Data:

Assinatura e Nº CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - II

TERMO DE REFERENCIA

Objeto: Alienação mediante Concorrência Pública, pela melhor proposta de preço, observado o preço mínimo de avaliação, dos Lotes de terrenos Rurais de propriedade do município, na 9ª Linha, 10ª Linha, 11ª Linha, 13ª Linha, 16ª Linha, 17ª Linha, 19ª Linha e no Distrito de Porto Vilma - Fazenda Santa Cecilia município de Deodópolis - MS.

Do Valor Mínimo: O Valor Mínimo de cada imóvel, foi extraído do Termo de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, nomeados pelo Decreto Municipal nº 003/2021 de 06 de janeiro de 2021, anexado no início do processo.

Local da Vistoria dos Imóveis: 9ª Linha, 10ª Linha, 11ª Linha, 13ª Linha, 16ª Linha, 17ª Linha, 19ª Linha e no Distrito de Porto Vilma - Fazenda Santa Cecilia, o licitante poderá requerer à Comissão de Licitação a realização de vistoria no imóvel, devendo apresentar solicitação formal, por intermédio da CPL, oportunidade em que será agendada uma data.

Condições de Pagamento: O pagamento deverá ser à vista, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato.

Dos Valores: Os valores mínimos previstos para item do imóvel a serem alienados constam no item 4.1 do edital e na proposta de preços Anexo - I.

Da Participação: Poderão Participar desta Concorrência Pessoas Físicas e Jurídicas desde que atendem os itens 7, 8 e 9 do edital, é vedada a participação de Pessoas Físicas que sejam servidores da Administração Pública Municipal ou Pessoas Jurídicas que tenham sócios ou empregados que sejam funcionários/servidores da Administração Pública Municipal.

Da Dotação e Valor: Os valores oriundos da venda dos imóveis estão estimados em R\$69.706,00 (sessenta e nove mil setecentos e seis reais) e serão utilizados em despesas de capital na rubrica 4.2.2.0.00.0.0.00.00.00 - Alienações de Bens.

Fundamento Legal: Lei Municipal nº 738, de 01 de julho de 2020, Decreto Municipal 003 de 06 de janeiro de 2021 e Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

ANEXO - III

CONCORENCIA PUBLICANº002/2021.

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGOS DE MENOR

A empresa/Sr. _____ inscrita (o) no CNPJ/CPF nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/___ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e data, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

ANEXO - V

Concorrência Pública Nº002/2021.

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

A empresa/Sr. _____ inscrita (o) no CNPJ/CPF nº _____, com site à _____ (endereço completo _____), Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores).

Local e Data _____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do responsável legal

ANEXO - VI

CONCORENCIA PUBLICANº002/2021.

DECLARAÇÃO QUE CONHECE E ACEITA CONDIÇÕES DO IMÓVEL

A empresa/Sr. _____ inscrita (o) no CNPJ/CPF nº _____, com _____, com _____, sito _____ à _____ (endereço completo _____), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, que **conhece e aceita as condições do imóvel constante do Processo Licitatório nº 038/2021 - Edital da Concorrência Publica nº 002/2021.**

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

MINUTA DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE IMOVEIS RURAIS Nº /2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS E A EMPRESA/PF _____,

I ALIENANTE “O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS”, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001 - 41, através da Secretaria Municipal de Administração, doravante denominado **ALIENANTE** e a empresa/Sr. _____, (qualificação), estabelecida (o) à Rua _____, nº ____, Bairro ____, Município ____/____, inscrita no CNPJ/MF nº _____ ou CPF nº _____, doravante denominada **ALIENATÁRIO (A)**.

II - REPRESENTANTES: Representa a **ALIENANTE** o Sr. **Valdir Luiz Sartor**, Prefeito Municipal, portador do RG nº 1318154 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº 312.958.780 - 20, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Osmir de Andrade nº 80 - centro, nesta cidade e o **ALIENATÁRIO (A)** o Sr/Srª. _____, brasileiro (a), residente e domiciliado (a) na cidade de _____/_____, a Rua. _____, nº _____ bairro _____ portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, ajustam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do Processo **Licitatório nº 038/2021, gerado pela Concorrência nº 002/2021**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e alterações posteriores, Lei Municipal nº 738, de 01 de julho de 2020, Decreto Municipal 003 de 06 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Contrato a Alienação dos Lotes de terrenos Rurais de propriedade do Município de Deodópolis - MS, na _____ Linha/Fazenda Santa Cecília no Distrito de Porto Vilma, matriculado no Serviço Registral de Imóveis de Deodópolis - MS e respectivos desmembramentos em favor da licitante supra qualificada.

Item	Matricula	Lote	Quadra	Área M²	Local	Valor Proposto
01	7832	Parte do Lote 08	65	2.500	9ª Linha Poente	
02	7833	Parte do Lote 02	67	2.500	10ª Linha Nasc.	
03	7836	Parte do Lote 43	73	2.500	11ª Linha Nasc.	

04	7834	Parte do Lote 12	79	2.500	13ª Linha Poente	
05	7830	Parte do Lote 36	85	3.600	16ª Linha Nasc.	
06	7835	Parte do Lote 49	90	2.500	17ª Linha Poente	
07	7838	Parte do Lote 46	91	2.500	19ª Linha Nasc.	
08	7831	Faz. Sta Cecilia	*	10.000	Distrito Porto Vilma	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1. Dá-se a este contrato o valor global de R\$(.....), que deverá ser à vista, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações da ALIENATARIO:

- a) Atender integralmente o disposto no Edital e seus anexos, inclusive os prazos nele previstos.
- b) Assumir integral responsabilidade por danos causados ao Município e a terceiros em decorrência do presente contrato.
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas referentes a transferência do imóvel.

3.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da ALIENANTE:

- a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;
- b) Fiscalizar a realização e o cumprimento da obrigação dos pagamentos;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- d) O não cumprimento do prazo supramencionado acarretará multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do imóvel, a partir do vencimento dos prazos estabelecidos.
- e) Ao licitante fica facultada a antecipação do vencimento da dívida.
- f) Sendo o arrematante credor do Município, não poderá compensar o crédito pela aquisição do imóvel, com fundamento no artigo 44 da lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.
- g) Em caso de falecimento do promitente comprador, o débito será de responsabilidade de seu(s) herdeiro(s)/sucessore(s) limitado ao(s) seu(s) quinhão(ões);

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE E DA POSSE DO IMÓVEL ARREMATADO.

5.1. A transmissão da propriedade será efetuada após o pagamento integral do valor do imóvel.

5.2. Serão da responsabilidade do ALIENATARIO:

- a) Todas as despesas necessárias à lavratura da escritura;
- b) Iniciativa necessária à lavratura da escritura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis, com o consequente pagamento, às suas expensas, de taxas, impostos, emolumentos, registros, e demais encargos que se fizerem necessários;
- c) custas processuais e taxas judiciárias, quando for o caso.
- d) o pagamento das tarifas bancárias devidas na contratação.

5.3. O imóvel será entregue no estado que se encontra, ficando a cargo do ALIENATÁRIO qualquer limpeza ou eventuais reparos.

5.4. O adquirente do imóvel não poderá alienar/transferir posse do terreno à terceiros até que ocorra o registro definitivo da escritura, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do contrato será de **03 (três) meses**, contados da assinatura deste instrumento até o dia ____ de _____ de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

7.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multas conforme previsto no presente contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Deodópolis - MS, pelo prazo de 02 (dois) anos sem prejuízo das demais sanções administrativas;
- h) Declaração de Inidoneidade.

7.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer fato superveniente, justificável e aceito pela Autoridade Superior, observando-se que somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.3. Não será admitida a desistência da proposta formalizada, e o não pagamento do preço ofertado por período de tempo de até 30 (trinta) dias além das condições ajustadas implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o preço ofertado, e se superior a esse prazo, implicará na reversão da aquisição em favor da municipalidade, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da

Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONADA DOTAÇÃO:

9.1. Os valores oriundos da venda dos imóveis serão utilizados em despesas de capital na rubrica 4.2.2.0.00.0.0.00.00 - Alienações de Bens.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Serão responsáveis por fiscalizar a execução do presente contrato o Sr....., nomeados pela Portaria nº.....:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lida e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Deodápolis-MS, _____ de _____ de 2021.

VADIR LUIZ SARTOR
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Alienatário

Testemunhas:

CPF

CPF

Testemunhas

CPF

CPF



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

Objeto: Alienação dos Lotes Rurais de propriedade do Município de Deodópolis - MS.

Razão Social/Proponente:	
CNPJ/CPF	
Endereço:	
E- mail:	
Cidade:	Estado:
Telefone/Fax	
Pessoa para contato:	

Recebemos, através da Coordenadoria de Licitações e Contratos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____, de _____ de 2021

Assinatura e Carimbo CNPJ

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre o **Município de Deodópolis**, e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital.

O não preenchimento do recibo exime o Setor de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 002/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2021

OBJETO: Alienação de Lotes de Terrenos Rurais de propriedade do Município de Deodápolis - MS, na 9ª Linha, 10ª Linha, 11ª Linha, 13ª Linha, 16ª Linha, 17ª Linha, 19ª Linha e no Distrito de Porto Vilma - Fazenda Santa Cecilia município de Deodápolis - MS.

TIPO: Melhor Lance ou Oferta do item

VALOR ESTIMADO: O valor total estimado da Alienação é de R\$ 69.706,00

DATA DA ABERTURA: 07 de maio de 2021, às 09:00 horas (local)

LEGISLAÇÃO: Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, das condições estabelecidas, Lei Municipal nº 738, de 01 de julho de 2020, Decreto Municipal 003 de 06 de janeiro de 2021.

O Edital completo estará à disposição no site www.deodapolis.ms.gov.br, no e-mail: licitadeodapolis@yahoo.com, [portal da transparencia](http://portal.da.transparencia), e no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Deodapolis - MS, se impresso recolher uma guia no valor de R\$ 20,00 (vinte reais). Poderão participar desta Concorrência **Pessoas Físicas e Jurídicas** interessadas na aquisição do lote, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital. outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitadeodapolis@yahoo.com e pelo telefone 0xx(67) 3448-1894, ramal 214 ou no setor de licitação, no horário das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Deodápolis - MS, 05 de abril de 2021.

VALENTINA BERLOFFA BARRETO

Presidente da C.P.L